

Os desafios da revitalização de aldeias de montanha e da gestão sustentável de agroecossistemas multifuncionais na Montanha do Alto Minho (Portugal)*The challenges of the revitalization of mountain villages and the sustainable management of multifunctional agroecosystems in The Alto Minho Mountain (Portugal)*Joana Lopes Teixeira Nogueira¹, Sara Cristina Militão Simões²DOI: <https://doi.org/10.52719/bjas.v2i2.3805>**RESUMO**

O desafio para os territórios de montanha do noroeste de Portugal é a revitalização das suas comunidades locais, cujo papel se considera determinante na produção de serviços ambientais para a sociedade. A economia camponesa, outrora dominante, foi-se transformando, em virtude das dinâmicas socio-económicas e das políticas públicas desenhadas para estas regiões. A agropecuária manteve-se como principal utilizadora do espaço, mas já não em exclusiva dependência dos recursos naturais locais, nem ocupando a totalidade das famílias. A expansão do turismo tem gerado novas oportunidades económicas e reforçado a importância da paisagem agro-pastoril. Neste quadro, estudamos a adaptação das comunidades a estas novas dinâmicas, para perceber se os atuais modelos de intervenção e medidas de política estão a potenciar a transição para uma economia multifuncional sustentável. Adotamos uma metodologia participativa, à escala de uma comunidade local (aldeia), combinando as técnicas de entrevista em profundidade, *focus-group*, questionários e ações de envolvimento e demonstração. Com este envolvimento das pessoas e das organizações locais, clarificamos as perspetivas dos vários atores e os desafios dessa transição. Conclui-se pela importância de apostar em mecanismos participados de debate e decisão, apoiados em dados de monitorização à escala local, para uma gestão adaptativa capaz de gerir as tensões criadas pelas mudanças em curso, assegurando a desejável conciliação entre os objetivos sociais, económicos e ecológicos, em busca de novos equilíbrios entre pessoas e natureza.

Palavras-chave: Montanha. Multifuncionalidade. Sistemas socio-ecológicos. Comunidade local.

¹ Escola Superior Agrária - Instituto Politécnico de Viana do Castelo

² Escola Superior Agrária - Instituto Politécnico de Viana do Castelo

ABSTRACT

The challenge for the mountain territories of northwest Portugal lies in the reinvigoration of its local communities whose ability to provide ecosystem services is crucial to the society. The peasant economy once present has changed due to socioeconomic dynamics and the public policies targeting agriculture and nature conservation. Extensive cattle raising is still the key land-use activity. However, neither it depends exclusively on local natural resources nor it involves all the community's families. Recent tourism expansion has created novel economic opportunities and raised the importance of the landscape and of multifunctional agroecosystems. Drawing on a parish level case study and on participative methodology (with interviews, focus-groups, and surveys) we assessed how mountain communities are coping with current dynamics and identified their main internal and external drivers. We were able to show that local community is facing important challenges, namely the integration of farming and tourism, as well as the conciliation of socioeconomic and ecological goals. Finally, we find there is a need and an opportunity to empower local community, engaging people in more participated decision making and monitoring, as a key factor for a more successful transition to a multifunctional economy, while keeping or improving the balance between people and nature.

Keywords: Upland. Multifunctionality. Socioecological systems. Local community.

1 INTRODUÇÃO

Os territórios de montanha são reconhecidos internacionalmente pelo valor e relevância dos bens e serviços de ecossistema que geram para as sociedades (fornecimento de água e regulação do seu ciclo, refúgio de biodiversidade, espaços de recreio e lazer), mas também pela sua vulnerabilidade social, económica e ecológica (Mountain, 2004). Tem aumentado a percepção da importância das comunidades locais e dos sistemas tradicionais de uso do solo na manutenção desses serviços, nomeadamente a preservação do elevado valor ecológico, cultural e paisagístico dos territórios (Mountain, 2004; Agnoletti, 2014; Honrado *et al*, 2017; Moreira & Lomba, 2017). Este aumento surge aliado a alguma urgência, considerando as tendências de despovoamento e de abandono que afetam estas aldeias, quase sempre marginalizadas pelos processos de desenvolvimento económico e social das últimas décadas. O desafio da revitalização das comunidades locais de montanha está longe de ter solução fácil. À

preocupação com o bem-estar das comunidades locais, tendencialmente desfavorecidas, acresce a da perda de serviços de ecossistema e redução do potencial contributo das montanhas para o bem-estar humano.

A partir de meados do século XX inicia-se um processo de declínio longo, económico e social, que transformou substancialmente o mundo rural português (Baptista, 1996). As ruralidades de hoje refletem esse declínio, marcado pela diminuição da importância social e económica da agricultura, mas também pelos sucessivos esforços e esperanças das pessoas para que haja um futuro possível, diversificando atividades e fontes de rendimento (Baptista, 2018). No caso das montanhas, e em particular nos espaços de elevado valor natural integrados em áreas classificadas e protegidas, o leque de atividades económicas possíveis é mais restrito e condicionado aos objetivos de conservação da natureza e da paisagem. O modelo de desenvolvimento local deve conseguir conciliar as necessidades sociais e económicas das populações das aldeias, incluindo a capacidade de manter ou atrair novas gerações, com os objetivos de conservação e de sustentabilidade, que beneficiam a sociedade no seu todo.

Uma das abordagens promissoras, nestes casos, é a que olha para os territórios como sistemas socio-ecológicos, pensando de forma integrada as pessoas e a natureza (Chapin *et al.*, 2010; Honrado *et al.*, 2017; Moreira & Lomba, 2017). Ou seja, procurando obter melhorias económicas e sociais desejáveis e necessárias para as comunidades locais, por meio de opções de gestão que tirem partido, e garantam a continuidade, da multifuncionalidade do rural e da sua qualidade ecológica. Nas aldeias de montanha de hoje essa integração já não reflete o modelo tradicional de uma economia camponesa, caracterizada por agroecossistemas muito dependentes dos recursos naturais locais e pouco influenciados pelo exterior. Os sistemas socio-ecológicos atuais estão profundamente articulados com a sociedade mais ampla, por via dos mercados, das políticas, das instituições e das interações sociais. Não obstante, a atividade agro-silvo-pastoril continua a ter um papel central, por ser a principal utilizadora e gestora do espaço, nas suas vertentes agrícola, florestal e silvestre. Por outro lado, há que ter em conta o turismo rural e de natureza, que tem registado algum crescimento, a partir dos anos 1980/90, sistematicamente apoiado por políticas públicas (Figueiredo, 2011; Pereira, 2018).

A capacidade de gerir a multifuncionalidade e de articular as dinâmicas das diferentes atividades locais de forma sinérgica parece ser um fator chave para o sucesso. O envolvimento das comunidades nos processos de reflexão e tomada de decisão é crítico para gerar dinâmicas com mais impacto e mais resilientes (Pereira & Queiroz, 2010; Figueiredo, 2011; Correia &

Figueiredo, 2011; Food and Agriculture Organization of the United Nations [FAO], 2017). Do ponto de vista da conservação da natureza tem vindo a afirmar-se uma orientação que vai igualmente no sentido de envolver, motivar e mobilizar os agricultores para a conservação, tirando partido dos conhecimentos e dos saber-fazer que constituem a sua herança cultural, em articulação com novos conhecimentos e inovações que permitam uma gestão adequada dos agroecossistemas (Langston, 1998; Chapin *et al.*, 2010, Moreira & Lomba, 2017; Honrado *et al.*, 2017).

Neste artigo apresentamos os resultados de uma abordagem participativa ao desenvolvimento integrado de uma aldeia de montanha do Alto Minho, no noroeste de Portugal. Uma aldeia que tem uma dinâmica recente no sentido da valorização multifuncional do património natural e cultural, ambos fortemente interligados com a atividade agro-silvo-pastoril. Pretendemos avaliar de que modo está a comunidade local a adaptar-se a estas novas dinâmicas, e identificar modelos de intervenção em espaço rural que potenciem a capacidade de ação dessa comunidade, em articulação com os demais agentes de desenvolvimento rural, para uma gestão territorial sustentável.

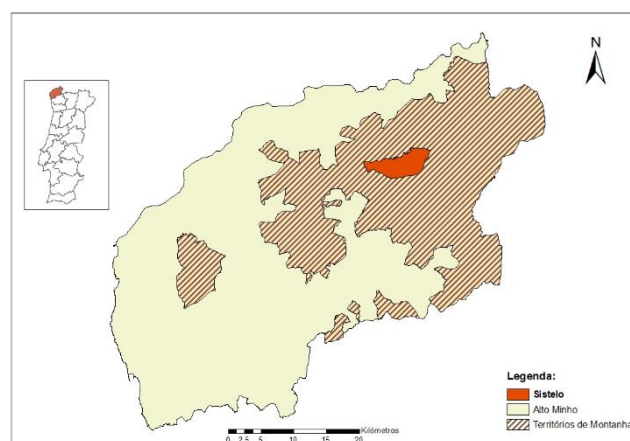
2 METODOLOGIA

Os sistemas montanhosos do Alto Minho, no noroeste de Portugal, são espaços de vida e de trabalho de comunidades locais que, no passado, se dedicavam a uma policultura de subsistência em pequenas leiras nas encostas (socalcos ou lameiros), complementada com a atividade pastoril praticada nas terras de maior altitude, áreas de matos e pastagens seminaturais frequentemente em propriedade comunitária (os baldios). O sistema agro-silvo-pastoril tradicional caracterizava-se por uma elevada biodiversidade, abrangendo neste conceito quer a biodiversidade selvagem (fauna e flora), quer a agrobiodiversidade (raças autóctones de bovinos, ovinos, caprinos e galináceos e variedades regionais de milho, feijão e outras hortícolas). Ainda hoje estas áreas preservam um património natural de elevado valor, confirmado pela acumulação de classificações no âmbito da conservação da natureza, de nível nacional e internacional (Rede Nacional de Áreas Protegidas, Rede Natura, Reserva da Biosfera da UNESCO). Recentemente, numa destas aldeias (Sistelo - Serra da Peneda), a paisagem agrícola de socalcos foi classificada como Paisagem Cultural – Monumento Nacional (Decreto n. 4, 2018). Uma classificação simbólica por abranger, no objeto de distinção e de proteção, a natureza e a paisagem, mas também as tradições culturais e os modos de vida de uma pequena

comunidade camponesa de montanha. Reflete o reconhecimento que atualmente se dá à pequena agricultura, à pastorícia e às comunidades que, ao longo de gerações, aprenderam a viver e a trabalhar com a natureza e preservaram ao longo do tempo a capacidade de gerir agroecossistemas de elevado valor paisagístico e natural. Reflete igualmente a urgência de intervir nesses territórios no sentido de evitar o seu despovoamento e abandono.

O estudo começou por delimitar os territórios de montanha do Alto Minho, que abrangem amplos espaços naturais e seminaturais, marcados pela altitude, pelos declives acentuados e pela escassez de terras aráveis, que se concentram à volta dos povoados. O geógrafo português Orlando Ribeiro, em meados do século passado, realçou a singularidade das aldeias da montanha face às zonas mais baixas do Minho, descrevendo-as como «uma espécie de mundo à parte» (Ribeiro, 1945). Comparativamente à dispersão da habitação nas áreas minhotas dos vales, a montanha distingue-se pelo relativo isolamento dos povoados, pelas práticas comunitárias, pelo carácter concentrado dos lugares, e pela importância da atividade pastoril, usando extensivamente as áreas de monte, em particular nos baldios. Tendo-se mantido “à parte” durante muito tempo, estas aldeias preservaram parte dos seus atributos tradicionais, modernizaram-se nalguns âmbitos, mas têm vindo a perder uma grande parte da sua população. Começamos por descrever brevemente este percurso recente de transformação, com base em dados estatísticos e pesquisa bibliográfica. Num segundo momento focamos uma única aldeia, a freguesia de Sistelo (concelho de Arcos de Valdevez), onde decorreu em 2019 um intenso trabalho participativo à escala da comunidade local (Figura 1).

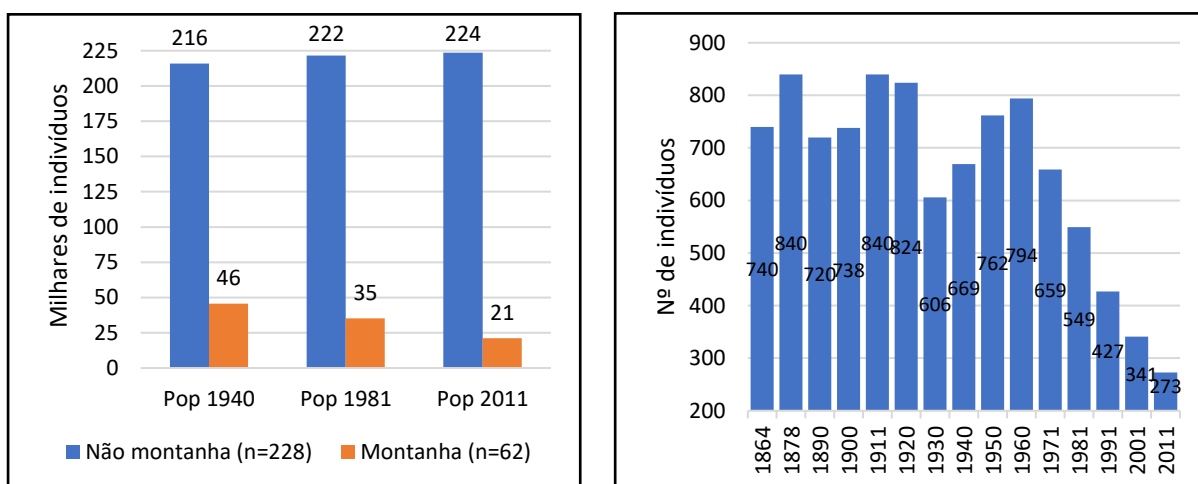
Figura 1. Territórios de montanha do Alto Minho e freguesia de Sistelo.



Fonte: Projeto Acontece in Loco

Considerando o valor histórico de referência de 1940, o Alto Minho, no seu todo, tem mantido a sua população, mas as aldeias de montanha registaram uma perda para menos de metade desse valor (Gráfico 1). Também em Sistelo se pode verificar que a perda demográfica foi particularmente crítica, sem nunca se ter interrompido entre 1960 e 2011 (Gráfico 2). Este declínio demográfico ameaça aproximar-se de limiares irreversíveis, pelo menos se nos focarmos na ideia de continuidade sem roturas, ou seja, envolvendo as pessoas e as famílias localmente enraizadas. Um contexto que motivou a abordagem *in loco* em Sistelo, procurando encontrar novas respostas, num trabalho conjunto envolvendo os parceiros do projeto *Acontece in Loco*³ e a população local.

Gráficos 1 e 2. Evolução da População residente nas freguesias de montanha e não montanha do Alto Minho (esq.) e na freguesia de Sistelo (dta.)



Fonte: INE - Recenseamentos da População (vários anos). Elaboração própria.

O trabalho de campo foi organizado para responder a três objetivos principais: (1) realizar um diagnóstico da situação atual da comunidade e do território, combinando entrevistas exploratórias, grupos de discussão temáticos (focus-groups) e questionários; (2) identificar e testar instrumentos de monitorização à escala local que potenciem a tomada de decisão numa lógica de gestão adaptativa ao longo do tempo e (3) criar uma dinâmica de trabalho em rede

³ O Alto Minho é constituído por 10 municípios, que integram a Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, parceiro do projeto *Acontece in Loco*-Montanha do Alto Minho (PDR2020-2024-032825). Os demais parceiros são uma associação de desenvolvimento rural, uma cooperativa agrícola, uma associação de produtores florestais, uma escola superior agrária e duas associações locais, de âmbito sociocultural e socioeconómico.

entre os parceiros e entre estes e a comunidade, que vise o desenvolvimento integrado e sustentável da aldeia. Pretendeu-se implementar uma dinâmica de investigação-ação, entendida como um processo contínuo de aprendizagem, no qual o investigador aprende, mas também partilha o conhecimento gerado com aqueles que dele podem beneficiar (Koshy, 2005). A informação recolhida à escala local foi complementada com entrevistas a técnicos de organizações setoriais e da administração pública relevantes para o território.

A pesquisa incidiu em quatro áreas temáticas, que dão uma perspetiva integrada do sistema socio-ecológico: (1) viver e trabalhar na montanha; (2) fileira agro-silvo-pastoril; (3) turismo e serviços de ecossistema remunerados e (4) floresta e biodiversidade. Cada um dos temas foi debatido num grupo de discussão com a população local, envolvendo 30 participantes no total, assegurando-se a representatividade dos grupos etários, dos aglomerados populacionais (lugares) e das diversas situações socioprofissionais. Em cada grupo começávamos por pedir a cada participante uma apreciação geral do tema, passando a uma discussão orientada para as dinâmicas recentes e perspetivas de futuro. Os discursos foram gravados e transcritos, registando apenas o género (F, M) e a idade dos participantes, como se indica nas transcrições adiante apresentadas. Na sequência desta análise exploratória realizaram-se questionários, para aprofundar e quantificar as dimensões consideradas relevantes e para criar uma base de informação para a monitorização das mudanças futuras.

Os questionários incidiram sobre os aglomerados familiares residentes (incluindo aqui os agricultores e criadores de gado), visitantes/turistas, e os proprietários de empresas ligadas ao turismo na aldeia (restaurantes e alojamentos). Ao longo de 2019 foram inquiridas 48 famílias (com 116 indivíduos, mais de metade da população residente); efetuaram-se 267 questionários a visitantes e caracterizaram-se todas as unidades de alojamento (8) e restauração (4) existentes na aldeia. Foi instalado um contador de passagens de peões no percurso pedestre mais frequentado (Pyro-Box) permitindo obter dados quantitativos e calendarizados do fluxo de visitantes, num registo contínuo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da agro-silvo-pastorícia à multifuncionalidade

As aldeias de montanha do Alto Minho são ainda aldeias vivas e habitadas por pessoas enraizadas, isto é, fortemente ligadas à terra e à comunidade local. Sistelo é uma dessas aldeias.

Se até hoje estas aldeias têm conseguido manter alguma população tal pode explicar-se, em parte, pelo calendário tardio da queda da fecundidade feminina e pela forte seletividade masculina dos fluxos de emigração, fenómenos que diferenciaram o noroeste de Portugal comparativamente a outras zonas do centro e sul do país (Bandeira, 1996). As remessas dos emigrantes permitiram melhorar os níveis de vida dos familiares que permaneceram na terra de origem, quase sempre as mulheres e os filhos, e muitos dos emigrantes acabaram por regressar à terra (Amaro, 1985). Durante décadas, as comunidades de montanha adaptaram-se aos novos tempos exteriorizando grande parte do seu processo de desenvolvimento, o que se refletiu, à escala local, num elevado grau de preservação sociocultural e identitária, e numa maior longevidade das atividades agrícolas e silvo-pastoris tradicionais.

Com base em dados obtidos localmente, a população residente em Sistelo em 2019 seria já de apenas 205 indivíduos, a viver em 93 agregados familiares. Na amostra de famílias inquiridas nesse ano, mais de 50% da população tinha idade superior a 65 anos, e 41% tiveram trajetos de emigração, tendo permanecido em média 22 anos fora do país, a maioria em França. Os poucos jovens que nascem e crescem em Sistelo perspetivam sair da aldeia. A emigração continua a ser uma opção, mas há hoje mais jovens a investir numa educação superior com vista a uma inserção profissional qualificada em Portugal, nas vilas ou cidades.

A dificuldade em reter a população mais jovem prende-se, sobretudo, com as perspetivas profissionais. Numa das rondas de conversa, uma jovem explicava: “os jovens da minha idade pensam um bocadinho em fugir daqui, para tentarem escapar ao que os pais passaram na juventude...” (F, 29). Ou seja, para escapar à penosidade da atividade agrícola e pastoril, que conhecem bem, no ambiente familiar e por experiência própria. Em Sistelo, 94% da população abrangida pelo questionário tinha uma ligação à agricultura, com participação direta em trabalho nos campos e a cuidar do gado, embora variando o grau desse envolvimento. Segundo os censos de 2001, 81% dos indivíduos empregados residentes na freguesia trabalhavam no setor primário (em Portugal, apenas 5% segundo o INE, Censos 2001).

Mas esta imobilidade da economia local é mais aparente do que real. Em 2011 o emprego no setor primário já tinha caído para 27%, com o setor terciário a subir de 12% em 2001 para 57% em 2011 (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2001; INE, 2011). Ampliou-se a mobilidade quotidiana e melhoraram as qualificações dos mais jovens. Mas ainda assim, 66% da população residente vivia principalmente de reformas e pensões, obtidas em profissões não agrícolas fora da aldeia, senão do país. O final do século XX marca o esgotamento de um

ciclo socio-histórico, de dominância agrária na economia local, combinada com alguma vitalidade demográfica fortemente dependente das estratégias familiares de emigração e retorno.

A atividade agropecuária manteve-se importante, representando a principal fonte de rendimentos das famílias mais jovens que ainda vivem e trabalham na aldeia. Com estas famílias começou a mudar o sistema de produção, numa lógica fortemente ditada pelos apoios das políticas agrícolas e de desenvolvimento rural ao investimento e aos rendimentos, mas também visando simplificar a organização do trabalho e reduzir a sua penosidade. A agro-silvo-pastorícia continua a ser extensiva, com uma forte componente de pastoreio livre na montanha, mas ganhou escala e perdeu a sua lógica camponesa. Uma parte substancial dos apoios aos agricultores tem objetivos de conservação da natureza, da paisagem e da biodiversidade. Voltaremos a este tema mais adiante.

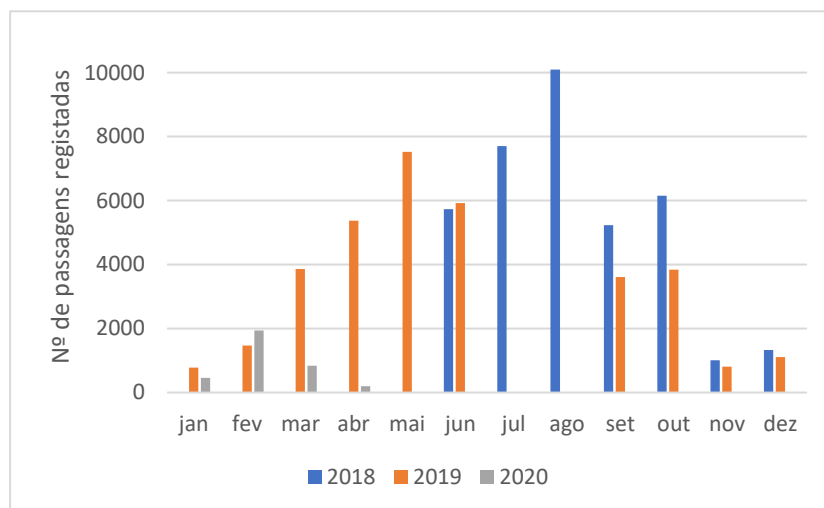
O turismo rural surgiu bastante tardiamente na freguesia enquanto atividade com algum impacto no emprego e na economia. Embora tenha havido recuperação de casas da aldeia para alojamento turístico, só a partir de 2015 começa a ganhar dinâmica, tornando-se o objetivo estratégico da administração local e concelhia. O jovem autarca que desde 2013 lidera a Junta de Freguesia considera que o turismo é a atividade que pode “alavancar todas as atividades que permitam sustentabilidade futura. Não só as novas atividades criadas pelo turismo, como também a reinvenção da atividade agrícola, que tanto caracteriza Sistelo, produzindo produtos de valor acrescentado, e ainda a compensação pela conservação de um bem comum – a paisagem – e dos ecossistemas.” A classificação da Paisagem Cultural de Sistelo como Monumento Nacional, e a projeção mediática que foi obtendo em vários meios de comunicação, contribuiu para um rápido incremento do fluxo de visitantes.

Figuras 2 e 3. Paisagem Cultural de Sistelo (esq.) e Pastagem de altitude, com bovinos (dta.).



A população reconhece a rápida expansão do turismo: “temos notado uma grande diferença, principalmente no turismo (...), o que já faz com que a população aqui ao fim-de-semana seja muita... é assim uma grande enchente de gente (...)” (F, 26). Uma percepção confirmada pelos dados obtidos no contador automático de pedestres, colocado nos passadiços da Ecovia do Rio Vez, uma das principais atrações turísticas de Sistelo (Gráfico 3). Se tomarmos a série ininterrupta de dados entre junho 2018 e junho de 2019, perfazendo um ano completo, atingiu-se o assinalável valor de 56 253 passagens. Sistelo deixou de ser um “mundo à parte” para se tornar um pequeno centro turístico de montanha.

Gráfico 3. Número de passagens na Ecovia do Rio Vez, por mês e ano⁴



Fonte: Projeto Acontece in Loco.

Com menos gente, com gente mais envelhecida, mas ainda em continuidade com as gerações passadas e com a sua cultura de ligação à terra, há urgência no repensar o futuro destas aldeias e em assegurar que as mudanças seguem um curso favorável à sua revitalização, que seja sustentável, e que concilie de forma harmoniosa os interesses dos “de dentro” com os dos “de fora” do território. Os de “fora” que cada vez mais entram no território, e dele usufruem diretamente para atividades de recreio e lazer, mas também os que beneficiam dos serviços de ecossistema em sentido mais lato (Pereira & Queiroz, 2010; Honrado *et al.*, 2017; Santos,

⁴ Notas: (1) ausência de dados julho-agosto 2019 por falha técnica; (2) dados março-abril 2020 refletem os efeitos das restrições à mobilidade por pandemia COVID19.

2017). Há que destacar que muitos destes bens e serviços têm características de bens públicos, ficando disponíveis para os potenciais beneficiários sem possibilidade de exclusão e sem rivalidade no consumo, o que dificulta a possibilidade de obtenção de remuneração pelos fornecedores do bem/serviço (Madureira, Magalhães, Silva, Marinho, & Oliveira, 2013).

A transição para uma economia multifuncional resulta na diferenciação socioprofissional no seio da população local, que envolve mudanças na relação entre as pessoas e destas com a terra, os recursos naturais e com o próprio património cultural construído ou imaterial. A principal diferenciação é entre o território como espaço de produção agroalimentar para uns, e como paisagem, património natural e atração turística para outros. Há que gerir a compatibilização dos vários usos que atualmente são dados aos recursos do território, assegurando que não se perde a coesão interna na comunidade. Um problema já anteriormente identificado por Baptista (2018) quando refere a segmentação do rural, em termos sociais e económicos, rompendo os modelos tradicionais de coesão social e de ligação das comunidades rurais aos territórios. Torna-se necessário encontrar modelos alternativos de governança local, adaptados à maior heterogeneidade interna e à abertura ao exterior das comunidades rurais.

O tema da solidariedade e da existência de uma identidade coletiva partilhada pela comunidade foi recorrente nas conversas desenvolvidas com a população. O espírito comunitário é considerado uma força do território. No questionário realizado às famílias 78% considerava que as pessoas em Sistelo se ajudam umas às outras. Mas as rápidas mudanças dos últimos anos têm trazido consigo tensões e conflitos e um afastamento maior entre as pessoas, que se associa a um sentido de perda, como se deteta nesta afirmação: “Em relação à minha adolescência, não é, eu acho que as pessoas aqui viviam melhor, havia mais... havia mais comunidade, que agora não há, agora estão-se a afastar mais (...)” (F, 49). A multifuncionalidade gera múltiplos benefícios, e pode potenciar novas e mais sustentáveis formas de integração das comunidades de montanha na economia e sociedade contemporâneas. Mas face ao diagnóstico efetuado na aldeia, a rápida transformação estrutural gera também algumas tensões e alterações menos positivas. Confirma-se a pertinência de promover a gestão da mudança, à escala local, para assegurar uma transição do sistema local para um novo equilíbrio, assegurando a harmonização das dimensões social, económica e ecológica do sistema. No que se refere a esta última é particularmente relevante a atividade agro-silvo-pastoril, como se verá no ponto seguinte.

O sistema agro-silvo-pastoril tradicional das montanhas do Alto Minho está associado a valores muito relevantes do ponto de vista ecológico e paisagístico, à semelhança do que acontece em vários sistemas montanhosos da Europa (Pereira & Queiroz, 2010; O'Rourke, Charbonneau, & Poinot, 2016; Honrado *et al.*, 2017, Santos, 2017). É em grande medida por causa desses serviços de ecossistema, e pela sua natureza de bens públicos (Madureira *et al.*, 2013), que as políticas agrícolas e de desenvolvimento rural têm incluído apoios e incentivos à manutenção da agricultura em zonas desfavorecidas, numa lógica extensiva, e com o recurso a raças autóctones. A atividade agro-silvo-pastoril em Sistelo continua a ser uma atividade económica e socialmente importante, principalmente porque tem beneficiado desses apoios, caso contrário já não existiria. São bem claras as palavras de um agricultor: “Se não continuam [os apoios], não há nada pra ninguém! [...] Estas aldeias, vai tudo a zero...” (M, 59). As medidas de política têm conseguido evitar o abandono da atividade, mas será que estão a assegurar a sua viabilidade futura e a alcançar a efetiva manutenção dos ecossistemas em bom estado de conservação?

A atividade agro-silvo-pastoril não só depende fortemente de transferências do Estado, como teve de se reestruturar para permitir um nível de vida e um tipo de organização do trabalho adequados à nova mentalidade e necessidades dos produtores. Já não estamos perante uma policultura tradicional, em que algumas cabeças de gado contribuía com trabalho, estume e alguma receita monetária, sem grandes alternativas e com grande sacrifício e esforço físico. Atualmente, “(...) viver só disso como antigamente [já não dá] (...) vivia-se porque não havia um terço das despesas de que há agora (...)” (M, 63). Os mais jovens que ainda se dedicam à criação de gado, especializaram-se em gado bovino (raças autóctones, que beneficiam de apoios agroambientais e são adaptadas à montanha); aumentaram substancialmente o tamanho dos efetivos, e mecanizaram, dentro do possível, as operações. Há um certo consenso entre os produtores de que “são precisas 50 ou mais vacas para que uma família com 2 filhos possa viver da atividade, e ainda assim é difícil (as despesas são muitas)” (H, 41).

A questão está em saber como é que estas mudanças afetam a condição dos ecossistemas. Ao aumentar substancialmente o efetivo médio por produtor altera-se significativamente o sistema de produção: (1) os criadores precisam de mais área para produção forrageira e de mais área de pastoreio no baldio, o que tem sido possível devido ao

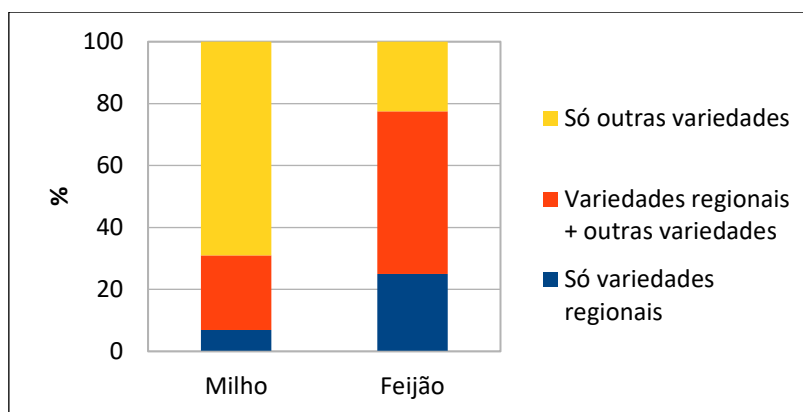
desaparecimento de pequenos produtores com mais idade ou emigrados; (2) a atividade passou a depender da aquisição de feno e rações ao exterior e (3) os efetivos reprodutores permanecem dia e noite e todo o ano em pastoreio livre, deixando de haver a estabulação noturna e no período invernal. A lógica circular da agro-silvo-pastorícia tradicional deixou de caracterizar o sistema, mudou a relação entre o número de animais e a carga de pastoreio livre no monte, e especializou-se numa única espécie, os bovinos, quando antes incluía ovinos e caprinos. Por outro lado, com as inovações introduzidas, este menor número de criadores de gado continua a assegurar que a paisagem de socalcos se mantém cultivada (atração turística de Sistelo), e assegura a presença de pastoreio no monte, contribuindo para reduzir o risco de incêndios e para manter a diversidade de habitats e de espécies.

As transformações na atividade agro-silvo-pastoril estão a ser induzidas pelo desenho das políticas, e também pelo facto de o mercado não compensar devidamente os produtores. A venda dos vitelos, produto principal, corresponde apenas a 20-25% do rendimento bruto dos produtores. No que se refere às políticas parece existir uma grande margem de melhoria no seu desenho para as tornar mais eficazes na concretização dos objetivos ecológicos. Não existem atualmente mecanismos de monitorização, com a participação ativa dos produtores, para ir afinando o sistema de produção no sentido de preservar os serviços de ecossistema (solo, biodiversidade, água e, não esquecer, a paisagem). Uma opção da qual poderia resultar a criação de uma nova cultura ecológica na comunidade de Sistelo, que julgamos estar em risco de se perder. O conhecimento tradicional e a experiência acumulada por um trabalho continuado no território são indispensáveis para identificar e implementar, *in loco*, as práticas que melhor permitam conciliar os objetivos sociais e económicos com os objetivos ecológicos. Na comunidade local de Sistelo há um reconhecimento dos serviços paisagísticos e ecológicos que a atividade agro-silvo-pastoril desempenha, que tende a centrar-se na questão do cultivo dos socalcos, *ex-libris* da paisagem de Sistelo, e na criação de uma área de proteção em torno das aldeias, “sem fogo e sem feras”. Há claramente uma menor preocupação com a preservação da biodiversidade, quer no baldio (mais de 80% da superfície territorial da freguesia), quer no próprio sistema agrícola e alimentar local.

A policultura tradicional, com cultivares regionais de milho, feijão e outras hortícolas, tem vindo a decrescer rapidamente. Ainda contribui para a alimentação das famílias, mas é complementada por compras no exterior. A perda destas cultivares regionais reduz a base de diversidade genética nas espécies cultivadas, também reconhecida como um bem público

importante para a Humanidade (Bellon, Gotor, & Caracciolo, 2015). Nas aldeias de montanha as variedades vegetais regionais resistiram até mais tarde, mas também aqui os agricultores têm abandonado o seu cultivo, optando cada vez mais por sementes melhoradas, adquiridas no mercado, uniformes, e com maior produtividade (Gráfico 4).

Gráfico 4. Cultivares de milho e de feijão utilizadas pelos agricultores de Sistelo



Fonte: Projeto Acontece in Loco – Questionário às famílias.

Com o turismo surgem novas oportunidades de valorização da agrobiodiversidade vegetal, na forma de produtos locais diferenciados. No entanto os agricultores locais revelaram pouco interesse em investir esforços nesse sentido, concentrando os seus recursos na produção especializada de carne de bovino. De notar que, neste caso, se trata de raças autóctones que são igualmente objeto de proteção e de valorização, nomeadamente através das Denominações de Origem Protegida (DOP Carne de Cachena e DOP Barrosã).

Quando se abordaram aspetos ligados à natureza e à biodiversidade no questionário às famílias verifica-se que o tema da gestão dos ecossistemas e da conservação da natureza e da biodiversidade constitui um discurso e uma cultura essencialmente de quem é “de fora”. O grau de acordo com a afirmação “a natureza é uma grande atração para quem vem da cidade” abrange 80% dos inquiridos no questionário. Já a afirmação que se centra na relação da população local com a natureza - “as pessoas de Sistelo, no geral, dão pouco valor aos animais e plantas selvagens” – colhe o acordo de 72% dos inquiridos. Acresce o reconhecimento da comunidade local para a perda progressiva da relação conhecedora e profunda da comunidade com a natureza. Cerca de 90% dos inquiridos concordaram que “as pessoas antigas conheciam melhor

as plantas do que as que cá vivem agora” e 60% discordam que “os mais novos que ainda vivem na freguesia conhecem a natureza e os montes como a gente mais velha”.

Os fatores económicos, de rentabilidade, e a utilização parcimoniosa da capacidade de trabalho pesam substancialmente nas decisões dos agricultores e criadores de gado. As questões ecológicas e a preocupação com uma gestão sustentável dos recursos naturais estão presentes, mas de forma débil ou mesmo regressiva. O desenho dos apoios e subsídios tem privilegiado a manutenção da atividade, mas parece não estar a promover a internalização dos objetivos de conservação da natureza na racionalidade dos criadores de gado. Com o turismo a depender muito da qualidade da paisagem e da natureza, a agro-silvo-pastorícia adquire ainda mais relevância, mas a integração efetiva entre as atividades é ainda débil. A comunidade no seu todo poderia ser negativamente afetada caso o desenvolvimento local enveredasse por um crescimento turístico desligado da herança biocultural que define a própria identidade destes territórios, e dos quais depende uma parte substancial dos seus serviços de ecossistema. Uma eventual *turistificação* significaria, ainda, um novo afastamento da multifuncionalidade, com o que isso pode significar de risco económico e de ameaças para o ambiente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual contexto sociocultural e político é favorável à revitalização das aldeias de montanha, mas há desafios a ter em conta e que têm a ver com a fragilidade das comunidades que nelas habitam, em função de décadas de saída dos mais jovens. As pessoas que ainda mantêm vivas as comunidades, e as suas organizações locais, devem ser considerados atores chave na preservação dos territórios. São detentoras de um conhecimento tradicional, específico e amplo, que foi passando de geração em geração, mas que se está a perder. São também pessoas cada vez menos dispostas a viver num mundo “à parte”, quando esse à parte signifique privações materiais ou marginalização social.

A relevância da presença continuada e ativa destas comunidades nos territórios de montanha, realizando uma gestão que potencie os serviços de ecossistema de que a sociedade beneficia no seu todo, tem vindo a ser mais reconhecida. As políticas atuais vão no sentido de compensar os gestores da paisagem pelos serviços que mantêm. Mas parece existir uma grande margem de melhoria no desenho dessas políticas, assegurando uma melhor compatibilização e maior sinergia entre os objetivos económicos e sociais dos atores locais, nomeadamente os agricultores, e os objetivos ecológicos de interesse público. Para tal haverá que trabalhar em

maior proximidade e colaboração com as comunidades locais, tirando partido do seu conhecimento e criando uma maior compreensão da ligação entre as práticas e opções produtivas, por um lado, e os efeitos nos ecossistemas e nas paisagens, por outro.

Por outro lado, a recente expansão do turismo cria novas oportunidades económicas, e favorece a aproximação sociocultural entre as comunidades de montanha e as populações urbanas. Uma aproximação que requer o desenvolvimento de competências à escala local, para equacionar a melhor forma tirar partido dos recursos do território e desenvolver iniciativas económicas adaptadas às preferências do consumidor urbano contemporâneo. Mas nessa aproximação, os cidadãos e o público em geral têm igualmente uma oportunidade para ganhar consciência da especificidade dos sistemas de montanha e do papel desempenhado pelas populações locais na sua valorização e preservação. Enquanto consumidores e turistas, ou como cidadãos, podem apoiar políticas e estratégias que assegurem uma remuneração justa pelo trabalho que as comunidades de montanha realizam na manutenção dos bens públicos de que beneficiam.

Do ponto de vista da gestão local é importante dispor de dados que permitam monitorizar as mudanças sociais e económicas, mas também ecológicas, e a partir desse conhecimento decidir de forma mais reflexiva os cursos de ação. A perspetiva integrada do sistema socio-ecológico tem em conta que “as causas mais importantes da degradação ecológica estão na cultura humana, pelo que a compreensão das interdependências entre cultura, economia e ecologia pode ajudar a desenhar melhores estratégias para conservar e restaurar a natureza” (Langston, 1998). O progressivo distanciamento da comunidade face à natureza e à biodiversidade poderá levar à perda de conhecimentos e saberes, feitos da experiência multigeracional de ligação ao território, que garantiam a preservação ecológica no sistema tradicional camponês. No atual sistema poderá ser relevante recuperar e articular esse conhecimento com o que a ciência pode gerar, em busca de novos equilíbrios entre pessoas e natureza.

- Agnoletti, M. (2014). Rural landscape, nature conservation and culture: Some notes on research trends and management approaches from a (southern) European perspective. *Landscape and Urban Planning*, 126, 66–73. Retrieved from doi.org/10.1016/j.landurbplan.2014.02.012
- Amaro, R. R. (1985). Reestruturas demográficas, económicas e socioculturais em curso na sociedade portuguesa: O caso dos emigrantes regressados. *Análise Social*, 21(87/88/89), terceira série, 605-677.
- Bandeira, M. (1996). *Demografia e modernidade: Família e tradição demográfica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Baptista, F. O. (1996). Declínio de um tempo longo. In J. P. Brito *et al.* (Ed.). *O voo do arado*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia.
- Baptista, F. O. (2018). Rural e floresta, caminhos por definir. In O. Simões (Ed.). *O rural depois do fogo* (pp. 45-60). Coimbra: ESAC-IPC.
- Bellon, M., Gotor, E., & Caracciolo, F. (2015). Conserving landraces and improving livelihoods: How to assess the success of on-farm conservation projects? *International Journal of Agricultural Sustainability*, 13(2), 167-182.
- Chapin, F. S., Carpenter, S. R., Kofinas, G. P., Folke, C., Abel, N., Clark, W. C., Olsson, P., Smith, M. S., ... & Swanson, F. J. (2010). Ecosystem stewardship: Sustainability strategies for a rapidly changing planet. *Trends in Ecology & Evolution*. 25(4), 241-249. doi: 10.1016/j.tree.2009.10.008.
- Correia, J. A., & Figueiredo, E. (2011). A voz às comunidades rurais: Animação e comunicação para o desenvolvimento. In E. Figueiredo (Coord.). *O rural plural: Olhar o presente, imaginar o futuro* (pp. 441-454). Castro Verde: 100LUZ.
- Decreto n. 4, de 15 de janeiro de 2018*. Classifica como monumento nacional a Paisagem Cultural do Sistelo, no concelho de Arcos de Valdevez, no distrito de Viana do Castelo. Recuperado de <https://dre.pt/home/-/dre/114521168/details/maximized>.
- Figueiredo, E. (2011). Um rural cheio de futuros? In E. Figueiredo (Coord.). *O rural plural: Olhar o presente, imaginar o futuro* (pp. 13-24). Castro Verde: 100LUZ.
- Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2017). *The future of food and agriculture: Trends and challenges*. Rome: FAO. Retrieved from <http://www.fao.org/policy-support/tools-and-publications/resources-details/en/c/472484/>.
- Honrado, J. P., Lomba, A., Alves, P., Aguiar, C., Monteiro-Henriques, T., Cerqueira, Y., Monteiro, P., & Caldas, F. B. (2017). Conservation management of EU priority habitats after collapse of traditional pastoralism: Navigating socioecological transitions in

Mountain Rangeland. *Rural Sociology*, 82(1), 101–128. Retrieved from <https://doi.org/10.1111/ruso.12111>

- Instituto Nacional de Estatística. (2001). *Censos da População*. Recuperado de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=377711&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554.
- Instituto Nacional de Estatística. (2011). *Censos da População*. Recuperado de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=377711&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554.
- Koshy, V. (2005). *Action research for improving practice: A practical guide*. Londres: Paul Chapman Publishing/SAGE.
- Langston, N. (1998). People and nature. In S. Dodson *et al.* *Ecology* (pp. 25-76). Oxford: Oxford University Press.
- Madureira, L., Magalhães, P., Silva, P. G., Marinho, C., & Oliveira, R. (2013). *Economia dos Serviços de Ecosistema: Um guia para conhecer e valorizar serviços de agroecossistemas em áreas protegidas de montanha*. Lisboa: Quercus.
- Moreira, F., & Lomba, A. (2017). A importância da agricultura na preservação da biodiversidade. *Cadernos de Análise e Prospetiva Cultivar*, (8), 39-45.
- Mountain areas in Europe: Analysis of mountain areas in EU member states, acceding and other European countries – final report for the European Commission*. (2004). Stockholm: Nordregio.
- O'Rourke, E., Charbonneau, M., & Poinot, Y. (2016). High nature value mountain farming systems in Europe: Case studies from the Atlantic Pyrenees, France and the Kerry Uplands, Ireland. *Journal of Rural Studies*, (46), 47-59. Retrieved from <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2016.05.010>
- Pereira, E., & Queiroz, C. (2010). Sistelo: Um estudo participativo numa freguesia de montanha. In E. Pereira *et al.* (Edts.). *Ecosistemas e bem-estar humano – avaliação para Portugal do millenium ecosystem assesment* (pp. 585-635). Lisboa: Escolar.
- Pereiro, X. (2018). Abordagem exploratória do turismo rural de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal). *Análise Social*, 226, 58-87.
- Ribeiro, O. (1945). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: Estudo geográfico*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Santos, J. L. (2017, jul.). Agricultura e biodiversidade: Uma diversidade de temas. *Cadernos de Análise e Prospetiva Cultivar*, (8), 13-19.

As autoras agradecem à população de Sistelo, Junta de Freguesia de Sistelo, Câmara Municipal de Arcos de Valdevez e às entidades parceiras do projeto Acontece in Loco – Montanha do Alto Minho (PDR2020-2024-032825).